

PRÁTICAS INCLUSIVAS E MEDIAÇÃO DOCENTE NO ENSINO BÁSICO

Soraya Conceição Necco Amorim Saad¹
Maria Cleonice Santos de Melo Penha²
Adélia Pessoa Melo³
Rodrigo dos Reis Brito⁴
Rozivânia Lima de Andrade Vieira⁵
Sandra Vieira Alves⁶
Silvana Maria Aparecida Viana Santos⁷

RESUMO: O presente artigo analisa a atuação docente frente à diversidade no Ensino Básico, com ênfase na mediação pedagógica e no emprego de tecnologias assistivas para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo geral consiste em investigar como a formação continuada e as estratégias de mediação contribuem para a efetivação de práticas inclusivas no cotidiano escolar contemporâneo. A metodologia adotada configura-se como uma Pesquisa Bibliográfica, estruturada a partir dos pressupostos procedimentais de Bervian e Cervo (2020) e Chizzotti (2018) para assegurar o rigor analítico necessário ao escrutínio das fontes selecionadas. A síntese do conteúdo aborda os desafios da formação de professores, a relevância das adaptações curriculares e o papel das tecnologias no suporte à aprendizagem personalizada. Autores como Boechat et al. (2024), Gonçalves et al. (2024) e Santana et al. (2024) sustentam a discussão teórica sobre a inclusão escolar de forma consistente. O fechamento analítico indica que a inclusão transcende o acesso físico, exigindo uma ressignificação das práticas avaliativas e uma mediação docente intencional. A articulação entre teoria e prática revela-se indispensável para a construção de uma escola que respeite as singularidades e promova o desenvolvimento integral de todos os discentes.

Palavras-chave: Práticas Inclusivas. Mediação Docente. Ensino Básico. Autismo. Tecnologias Assistivas.

¹ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação - Must University - (MUST).

² Mestranda em Ciências da Educação - World University Ecumenical.

³ Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação - Must University - (MUST).

⁴ Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação - Must University - (MUST).

⁵ Mestranda em Educação - Universidade de Pernambuco - Mata Norte.

⁶ Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação - Must University - (MUST).

⁷ Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação - Must University - (MUST).

ABSTRACT: The present article analyzes teaching performance in the face of diversity in Basic Education, with emphasis on pedagogical mediation and the use of assistive technologies for the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). The general objective is to investigate how continuing education and mediation strategies contribute to the effectiveness of inclusive practices in the contemporary school routine. The methodology adopted is configured as a Bibliographic Research, structured from the procedural assumptions of Bervian and Cervo (2020) and Chizzotti (2018) to ensure the analytical rigor necessary for the scrutiny of the selected sources. The synthesis of the content addresses the challenges of teacher training, the relevance of curricular adaptations, and the role of technologies in supporting personalized learning. Authors such as Boechat et al. (2024), Gonçalves et al. (2024), and Santana et al. (2024) consistently support the theoretical discussion on school inclusion. The analytical closing indicates that inclusion transcends physical access, requiring a resignification of evaluative practices and intentional teaching mediation. The articulation between theory and practice proves indispensable for the construction of a school that respects singularities and promotes the integral development of all students.

Keywords: Inclusive Practices. Teacher Mediation. Basic Education. Autism. Assistive Technologies.

1. INTRODUÇÃO

A democratização do acesso ao Ensino Básico no território nacional brasileiro impõe às instituições educativas o desafio de acolher a diversidade de forma ética e pedagogicamente consistente, superando modelos de integração meramente formais que ainda persistem em algumas redes. Visto que a necessidade de promover uma formação integral que valorize a singularidade do estudante torna-se um imperativo para os educadores, o ambiente escolar deve converter-se em um espaço de respeito às diferenças onde a equidade fundamenta as ações cotidianas. A inclusão, portanto, deve ser compreendida como um processo ininterrupto de remoção de barreiras que impedem a participação plena de todos os sujeitos.

O ponto de reflexão e que gera a questão de pesquisa reside na lacuna existente entre as diretrizes legais de inclusão e a realidade das práticas pedagógicas, muitas vezes marcadas pela falta de preparo técnico e emocional dos profissionais para lidar com a heterogeneidade. Embora existam normativas que incentivem a acessibilidade, a persistência de métodos de ensino rígidos e a carência de recursos específicos impedem que a mediação docente ocorra de forma

fluida e eficaz para alunos com demandas singulares. Tal distanciamento gera isolamento e compromete o desenvolvimento cognitivo de crianças que necessitam de suportes diferenciados para consolidar saberes essenciais durante o percurso escolar.

A relevância desta análise pauta-se na urgência de fortalecer a formação docente para o trabalho com a educação especial na perspectiva da inclusão escolar, garantindo o direito à aprendizagem de qualidade para todos. Ao investigar os mecanismos que favorecem a mediação qualificada, busca-se oferecer subsídios teóricos para que a escola básica se consolide como um espaço de acolhimento real e transformação social. A justificativa social ancora-se na premissa de que a valorização das diferenças é o alicerce fundamental para a construção de uma sociedade democrática e justa, onde as tecnologias assistivas atuem como pontes.

O objetivo geral desta investigação consiste em analisar a relevância da mediação docente e das práticas inclusivas no Ensino Básico, identificando os principais desafios e potencialidades da atuação do professor frente à diversidade. Como objetivos específicos, pretende-se descrever o papel das tecnologias assistivas na inclusão de crianças com autismo e analisar os desafios da formação de professores para avaliações inclusivas. Busca-se ainda discutir como a mediação escolar pode ressignificar as trajetórias de aprendizagem, visando a consolidação de uma escola pública que seja verdadeiramente acessível e acolhedora para todos os estudantes, independentemente de suas condições.

3

O percurso metodológico que fundamenta as discussões propostas ao longo deste estudo apoia-se nos princípios do levantamento bibliográfico, o que viabiliza uma interlocução sólida com a literatura que debate o ensino inclusivo por meio de variadas vertentes conceituais. Sob a ótica de Bervian e Cervo (2020), o trabalho com dados documentais requer uma postura analítica detalhada, cujo propósito é superar o relato superficial para construir uma articulação crítica inédita que colabore com o desenvolvimento do campo pedagógico. Em complemento, Chizzotti (2018) salienta que o ordenamento metódico das informações reunidas assegura a fidedignidade das teses desenvolvidas durante a caminhada científica direcionada ao entendimento do acolhimento escolar.

A ordenação deste texto distribui-se em blocos sequenciais que visam explorar as múltiplas facetas do assunto de maneira coerente e gradual. O manuscrito inicia com a análise dos recursos de tecnologia assistiva direcionados ao transtorno do espectro autista, enquanto a etapa seguinte debate o preparo dos professores e a atuação dos mediadores em sala de aula. Adiante, o terceiro momento especifica o desenho metodológico e o conjunto de produções

teóricas que deram suporte à investigação, de modo que o encerramento do artigo ocorre por meio das ponderações finais. Cada uma dessas divisões foi projetada com o intuito de evidenciar que o planejamento e o propósito didático representam os fatores determinantes para converter as diretrizes da educação inclusiva em ações de real impacto social.

2. MEDIAÇÃO DOCENTE E DIVERSIDADE NO ENSINO BÁSICO

A atuação do professor como mediador do conhecimento exige uma sensibilidade aguçada para identificar as potencialidades de cada estudante, rompendo com a padronização das estratégias de ensino que ignora a diversidade. Boechat et al. (2024) argumentam que o uso de tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar de crianças com autismo favorece a comunicação e a interação social de forma significativa. Essa mudança de paradigma demanda uma formação continuada que contemple não apenas o domínio técnico dos recursos, mas também a capacidade de adaptar o currículo às necessidades específicas que emergem no cotidiano.

A inclusão escolar demanda uma reestruturação do planejamento pedagógico que contemple adaptações curriculares e metodológicas capazes de atender às demandas específicas de alunos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento. Gonçalves et al. (2024) ressaltam que a formação de professores para a inclusão de alunos com autismo apresenta desafios significativos, mas também oferece oportunidades de inovação nas práticas cotidianas. O engajamento do educador na busca por novas ferramentas e linguagens é fundamental para que a escola se torne um espaço de acolhimento e desenvolvimento de competências para todos os sujeitos.

A mediação tecnológica sob a ótica docente exige um equilíbrio entre o domínio técnico dos recursos e a intencionalidade pedagógica que guia a ação educativa no Ensino Básico. Cruz (2025) observa que o uso de dispositivos digitais pode potencializar a aprendizagem quando inserido em um contexto de diálogo e reflexão crítica sobre o conteúdo ensinado. A tecnologia, portanto, não substitui a presença do professor, mas atua como um signo que amplia as possibilidades de mediação, permitindo que o conhecimento seja acessado de formas variadas e adaptadas aos diferentes ritmos de aprendizagem.

A mediação do docente contribui de forma direta para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem ao oferecer suportes adequados que respeitem a singularidade do aluno com autismo. Dalvi (2020) destaca que a intervenção profissional qualificada permite que a criança

supere barreiras de comunicação e se integre de forma produtiva às atividades propostas em sala de aula. Ao promover o diálogo entre as necessidades do discente e os objetivos curriculares, a escola fortalece a autonomia do sujeito e garante que o aprendizado ocorra de maneira prazerosa e inclusiva para todos.

A ressignificação das práticas pedagógicas em tempos de mudança é essencial para que a escola continue sendo um espaço de esperança e transformação social para os estudantes. Alves (2021) argumenta como as práticas inclusivas em tempos de pandemia exigiram uma nova sensibilidade docente para lidar com o ensino remoto e híbrido de forma equânime. Ao cultivar relações baseadas no respeito mútuo e na empatia, o educador cria as condições necessárias para que a aprendizagem ocorra sem medo, incentivando a participação ativa e o pensamento divergente entre os alunos que enfrentam maiores desafios.

2.1 Formação docente e desafios da Inclusão

A qualificação dos profissionais da educação para o trabalho com a diversidade constitui um pilar indispensável para que as políticas de inclusão deixem de ser apenas retóricas e se tornem práticas efetivas. Santana et al. (2024) argumentam os desafios na formação de professores para avaliações inclusivas, destacando a necessidade de superar modelos classificatórios que penalizam os estudantes com dificuldades cognitivas. Sob esse prisma, Silva e Coutinho (2025) reforçam que a formação continuada deve oferecer subsídios teóricos e práticos para que o docente consiga lidar com a heterogeneidade da sala de aula.

As práticas pedagógicas inclusivas exigem uma mudança de postura do educador, que deve se ver como um eterno aprendiz diante das novas demandas que emergem no cotidiano escolar. Ramos et al. (2021) defendem que pensar a formação docente envolve a desconstrução de preconceitos e a valorização da diferença como um elemento enriquecedor do processo educativo. A troca de experiências entre os pares e a participação em grupos de estudo fortalecem a identidade profissional e oferecem segurança para a implementação de estratégias didáticas que contemplem todos os alunos de forma justa.

A adaptação de escalas de eficácia docente para práticas inclusivas auxilia na identificação das áreas que exigem maior investimento em termos de capacitação e suporte institucional para os professores. Martins e Chacon (2024) analisam como a percepção de autoeficácia do professor influencia sua disposição para trabalhar com alunos com deficiência intelectual ou altas habilidades. Quando o docente se sente apoiado pela gestão e possui os

recursos necessários, sua capacidade de mediação aumenta, gerando um impacto positivo no clima escolar e no desempenho acadêmico dos estudantes que frequentam a unidade de ensino.

A mediação escolar para estudantes com altas habilidades ou superdotação também exige práticas inclusivas que desafiem o intelecto e promovam o aprofundamento de conhecimentos em áreas de interesse. Sakaguti e Moreira (2025) argumentam a relevância de políticas que garantam a acessibilidade e o enriquecimento curricular para esses alunos no ensino superior e básico. A escola deve investir na identificação precoce dessas potencialidades para que o estudante receba o estímulo adequado, evitando a desmotivação e garantindo que suas habilidades sejam desenvolvidas em prol do bem comum e da ciência.

O ensino de ciências nos anos iniciais pode ser um campo fértil para a implementação de práticas inclusivas que utilizem a experimentação e a observação da natureza como métodos de descoberta. Cunha e Mendes (2021) realizam um levantamento bibliográfico que demonstra como a criatividade do professor é o principal motor para a superação de barreiras físicas e cognitivas no ensino fundamental. Ao transformar a sala de aula em um espaço de investigação coletiva, o educador garante que todos os alunos, independentemente de suas condições, participem da construção do saber científico de forma ativa.

A motivação e as crenças de autoeficácia dos professores desempenham um protagonismo no sucesso das práticas inclusivas, influenciando a persistência diante das dificuldades encontradas no percurso pedagógico. Franco (2023) analisa como o bem-estar emocional do docente impacta sua relação com os alunos e sua capacidade de inovar nas metodologias de ensino para a inclusão. Um professor motivado tende a criar um ambiente de aprendizagem acolhedor, onde o erro é visto como parte do processo e a diversidade é celebrada como um valor ético fundamental da instituição educativa.

2.2 Mediação escolar e práticas inclusivas

A mediação escolar atua como uma ponte necessária entre o aluno com necessidades específicas e o currículo, garantindo que o direito à educação seja exercido com dignidade e autonomia. Ribeiro (2022) argumenta a regulamentação da profissão de mediador, destacando a relevância desse profissional no suporte às atividades de vida diária e na facilitação da socialização no ambiente escolar. A articulação entre o professor regente e o mediador é fundamental para que as ações sejam coordenadas e focadas no desenvolvimento das potencialidades do estudante de forma integrada e respeitosa.

A literatura periférica e outras formas de expressão cultural podem ser utilizadas como ferramentas de mediação docente para a formação crítica dos estudantes no Ensino Básico contemporâneo. Nunes et al. (2026) argumentam como a inserção desses conteúdos no currículo favorece a identificação dos alunos com a matéria e promove o debate sobre justiça social e direitos humanos. A mediação pedagógica, nesse sentido, transcende o conteúdo técnico para alcançar a formação da cidadania, incentivando os jovens a refletirem sobre sua posição no mundo e a agirem de forma ética e solidária.

A atividade de estudo e a mediação docente contribuem para a ressignificação das práticas pedagógicas ao adotarem os pressupostos do Ensino Desenvolvimental voltado à emancipação dos sujeitos. Oliveira e Vaz (2025) argumentam que a escola deve focar na zona de desenvolvimento proximal, oferecendo desafios que estimulem o crescimento intelectual do aluno com o apoio constante do professor. Essa abordagem valoriza o processo de construção do conhecimento, permitindo que o estudante se torne consciente de suas próprias capacidades e aprenda a utilizar as ferramentas culturais disponíveis para resolver problemas.

As práticas inclusivas no Ensino Religioso permitem que a escola trabalhe valores como a tolerância e o respeito à diversidade de crenças que marcam a sociedade brasileira atual. Liechocki (2020) destaca que a mediação docente nessa área deve focar na ética da convivência e no reconhecimento do outro como um sujeito de direitos. Ao promover debates que conectem os conteúdos religiosos com a realidade social, o professor fortalece a formação humana dos estudantes, preparando-os para viverem em um mundo multicultural onde a paz e o diálogo sejam os pilares da relação.

A sustentabilidade no ensino básico apresenta desafios e soluções que exigem uma mediação docente voltada à conscientização sobre as mudanças climáticas e a preservação ambiental de forma urgente. Santos e Pereira (2025) ressaltam que a educação ambiental deve ser integrada às práticas inclusivas, permitindo que todos os alunos compreendam a interdependência entre os seres vivos. Ao levar a sala de aula para o pátio ou para a horta, o professor cria oportunidades para que a teoria biológica seja vivenciada na prática, consolidando uma aprendizagem que respeite o ritmo biológico e a curiosidade.

O letramento digital crítico e a multimodalidade no ensino de língua portuguesa favorecem a inclusão de estudantes que possuem diferentes estilos de aprendizagem e formas de expressão. Araújo (2026) investiga as percepções docentes sobre essas práticas, ressaltando a relevância de utilizar vídeos, memes e postagens de redes sociais como objetos legítimos de

estudo acadêmico. Ao dominar as ferramentas digitais, o jovem amplia sua capacidade de atuação política e social, tornando-se um cidadão capaz de utilizar a tecnologia para promover o bem comum e a justiça social em sua comunidade local.

2.3 Diversidade, ética e inclusão na docência

Os desafios da formação docente e da aplicação de práticas inclusivas exigem um compromisso coletivo que envolva a família, a escola e o poder público em uma rede de apoio. Gomes et al. (2023) destacam que a inclusão é um projeto de sociedade que demanda investimentos em infraestrutura e na valorização dos profissionais da educação de forma permanente. A ressignificação das teorias e práticas em tempos de mudança é essencial para que a escola continue sendo um espaço de esperança, garantindo que nenhum estudante seja deixado para trás por falta de oportunidades ou mediação.

A eficácia docente para práticas inclusivas depende da capacidade de o professor adaptar sua linguagem e seus métodos às necessidades de alunos com deficiência intelectual. Martins e Chacon (2024) reforçam que o sucesso da inclusão está ligado à disposição do educador em buscar novas formas de ensinar que contemplem a diversidade cognitiva. Quando a escola oferece um ambiente de colaboração e suporte técnico, o professor sente-se seguro para experimentar estratégias que valorizem o progresso individual de cada discente, promovendo uma aprendizagem que seja simultaneamente rigorosa e humanizada.

A inclusão de estudantes com autismo no ensino superior e básico exige que as instituições ofereçam tecnologias assistivas que facilitem a organização da rotina e a comunicação interpessoal. Boechat et al. (2024) analisam como essas ferramentas podem ser integradas ao cotidiano escolar para reduzir a ansiedade e promover a autonomia do aluno em suas atividades pedagógicas. A mediação docente, nesse contexto, atua como um suporte para que a tecnologia seja utilizada de forma produtiva, garantindo que o estudante desenvolva as competências necessárias para sua formação acadêmica e social plena.

As práticas inclusivas no ensino de ciências e biologia demandam o uso de materiais didáticos adaptados que permitam a exploração sensorial dos fenômenos biológicos por todos os alunos. Oliveira (2020) destaca que a inclusão exige a criação de modelos tridimensionais e o uso de softwares de acessibilidade que tornem o conteúdo visível e compreensível para estudantes com deficiência visual ou outras demandas. Ao diversificar as formas de apresentação do conhecimento, o professor garante que a ciência seja acessível a todos,

despertando o interesse pela investigação e pela preservação da vida.

A formação de professores para avaliações inclusivas exige uma revisão profunda dos critérios de sucesso escolar, priorizando o desenvolvimento de competências sobre a nota numérica fria. Santana et al. (2024) argumentam que a avaliação deve ser um instrumento de diagnóstico que auxilie o professor a ajustar suas estratégias de ensino em tempo real para beneficiar o aluno. Ao valorizar o percurso de aprendizagem e as pequenas conquistas individuais, a escola promove a autoestima do estudante e incentiva a persistência diante dos desafios, consolidando uma cultura de inclusão que respeita a diversidade.

O papel ético do profissional da educação na contemporaneidade envolve a defesa intransigente do direito de todos os estudantes de aprenderem em um ambiente livre de discriminação. Nunes et al. (2026) reforçam que a mediação docente deve ser pautada pelo compromisso com a justiça social e com a formação de cidadãos críticos e solidários. Ao cultivar o respeito às diferenças e a valorização da pluralidade cultural, o educador planta as sementes de um futuro onde a escola seja de fato um espaço de todos, garantindo que a educação cumpra sua função de transformar a realidade.

3. METODOLOGIA

A presente investigação fundamenta-se na Pesquisa Bibliográfica para analisar as correlações entre mediação docente e práticas inclusivas no Ensino Básico contemporâneo sob diversas perspectivas teóricas. Bervian e Cervo (2020) orientam que a exploração teórica deve ser conduzida com rigor procedimental, enquanto Chizzotti (2018) fornece os instrumentos para a sistematização dos dados coletados em obras de referência, garantindo que a síntese final apresente uma visão coerente e sustentada sobre o objeto estudado por meio de um escrutínio crítico rigoroso durante todo o processo de levantamento e análise das fontes secundárias selecionadas.

A sistematização das fontes permitiu identificar as principais tendências e desafios relatados por especialistas que argumentam a inclusão de alunos com autismo e outras demandas específicas no cenário brasileiro. O quadro apresentado a seguir organiza cronologicamente as obras selecionadas, destacando os autores e as respectivas contribuições para o entendimento da mediação docente em contextos de diversidade, de modo que essa visualização estruturada facilite a compreensão da evolução do pensamento acadêmico sobre o tema de forma clara e objetiva para o leitor interessado na área da Educação Especial.

Quadro 1 – Síntese das Contribuições Teóricas sobre Práticas Pedagógicas

Ano	Autores	Título do quadro	Contribuições para a Pesquisa
2020	Dalvi, Daiana Alves de Jesus	A mediação do docente como contribuição para o ensino	Relevância da mediação docente no desenvolvimento de alunos com autismo.
2021	Cunha, Priscilla Ramos F.; Mendes, Marta F. A.	Práticas inclusivas no ensino de ciências	Levantamento de estratégias inclusivas para o ensino de ciências nos anos iniciais.
2022	Ribeiro, Carolina Carvão	Mediação escolar e regulamentação da profissão	Função do mediador escolar no suporte à autonomia e socialização do aluno.
2023	Franco, Tereza Mieke Kato	Motivação e crenças de autoeficácia de professores	Impacto da motivação docente na implementação de estratégias de inclusão.
2024	Boechat, Gisela Paula Fatinani et al.	Tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar	Uso de tecnologias assistivas como suporte para a inclusão de crianças com autismo.
2024	Gonçalves, Luciana Marinho Soares et al.	A formação de professores para a inclusão de alunos	Desafios e oportunidades na formação docente para o trabalho com autismo.
2024	Santana, Telma Lustosa Silva et al.	Desafios na formação de professores para avaliações	Necessidade de ressignificar as práticas avaliativas sob a ótica da inclusão.
2024	Martins, Bárbara Amaral; Chacon, Miguel C. M.	Adaptações da Escala de Eficácia Docente	Relação entre as crenças de autoeficácia do professor e as práticas inclusivas.
2025	Cruz, Alzimar Pereira da	Mediação tecnológica sob a ótica docente	Potencial das tecnologias digitais quando mediadas por intencionalidade pedagógica.
2025	Oliveira, Vanusa Batista de; Vaz, Duelci A. F.	Atividade de estudo e mediação docente	Contribuições do ensino desenvolvimental para a prática pedagógica inclusiva.
2025	Silva, Michel Dos Reis da; Coutinho, Diógenes J.	Desafios e perspectivas na formação docente	Necessidade de formação continuada para lidar com a heterogeneidade escolar.
2026	Nunes, Abraão Ferreira de Oliveira et al.	Literatura periférica e ensino básico	Mediação docente por meio da literatura periférica para formação crítica.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A escolha dos autores obedeceu a critérios de relevância acadêmica e atualidade, assegurando que a discussão reflita os dilemas e as potencialidades do cenário educacional presente de forma fidedigna. A coerência entre o método de análise bibliográfica e a proposta

de investigação garante que os resultados possuam validade teórica, demonstrando que a mediação docente é um fenômeno multifacetado que exige uma abordagem interdisciplinar para ser compreendido em toda a sua complexidade técnica, social e humana no âmbito do Ensino Básico inclusivo e democrático.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas inclusivas no Ensino Básico revela que a consolidação de uma escola para todos depende de uma mediação docente que valorize a singularidade do estudante em todas as etapas. O objetivo de investigar como a atuação do professor e o uso de tecnologias assistivas favorecem a inclusão foi atingido ao identificar que o engajamento intelectual ocorre quando o conteúdo escolar é adaptado às necessidades específicas dos sujeitos. Os resultados indicam que o fortalecimento da autonomia discente exige uma postura reflexiva do educador, que deve atuar como um mediador atento e propositivo diante da diversidade.

Observa-se que a formação continuada e o suporte institucional são eixos estruturantes para que as políticas de inclusão se tornem realidade no cotidiano das instituições de ensino público e privado. A avaliação formativa surge como um instrumento vital para diagnosticar dificuldades e reorientar o percurso educativo de forma humanizada, garantindo que o progresso individual seja valorizado acima de métricas padronizadas. A harmonização entre o rigor científico e a sensibilidade pedagógica é o caminho para superar modelos excludentes, promovendo uma formação integral que prepare os jovens para a cidadania plena.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, Edilania. Práticas inclusivas em tempos de pandemia: ressignificando teorias e práticas. In: **Ensino remoto/híbrido: desafios e possibilidades**. São Paulo: Arco Editores, 2021. p. 49-57.
- ARAÚJO, Vitor Savio de. **Letramento digital crítico e multimodalidade no ensino de língua portuguesa: percepções docentes sobre práticas de leitura e produção textual na cultura digital no 9º ano do ensino fundamental**. 2026. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Christian Business School, Paris, 2026.
- BERVIAN, Pedro A.; CERVO, Amado L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2020.
- BOECHAT, Gisela Paula Fatinani et al. Tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar de crianças com autismo. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (org.). **Tecnologia e inclusão: ferramentas e práticas para um mundo digital acessível**. São Paulo: Arché, 2024. p. 97-123.

- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2018.
- CRUZ, Alzimar Pereira da. Mediação tecnológica sob a ótica docente: um estudo de caso. In: **Vivências na docência: do ensino básico ao superior**. São Paulo: Editora Inovar, 2025. p. 231-258.
- CUNHA, Priscilla Ramos Figueiredo; MENDES, Marta Ferreira Abdala. Práticas inclusivas no ensino de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental: um levantamento bibliográfico. **Anais do Congresso Nacional de Práticas Inclusivas**, v. 2, 2021.
- DALVI, Daiana Alves de Jesus. A mediação do docente como contribuição para o processo de ensino-aprendizagem da criança com autismo. **Anais do Fórum Nacional de Práticas Inclusivas**, 2020.
- FRANCO, Tereza Mieko Kato. Motivação e crenças de autoeficácia de professores no contexto das práticas inclusivas. In: **Práticas Pedagógicas Inclusivas: estratégias e possibilidades de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Editora Diálogos, 2023. p. 76-86.
- GOMES, Thayronne Rennon Lima et al. Os desafios da formação docente e da aplicação das práticas inclusivas. In: **Ensino, pesquisa e extensão: uma abordagem pluralista**. São Paulo: Editora Conhecimento Livre, 2023.
- GONÇALVES, Luciana Marinho Soares et al. A formação de professores para a inclusão de alunos com autismo: desafios e oportunidades. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (org.). **Tecnologia e inclusão: ferramentas e práticas para um mundo digital acessível**. São Paulo: Arché, 2024. p. 46-71.
- LIECHOCKI, B. K. **Práticas Inclusivas no Ensino Religioso**. São Paulo: Editora e Livraria Appris, 2020.
- MARTINS, Bárbara Amaral; CHACON, Miguel Claudio Moriel. Adaptações da Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas (EEDPI): deficiência intelectual e altas habilidades/superdotação. In: **Práticas de ensino na educação inclusiva: múltiplos enfoques e contextos**. São Paulo: Encontrografia, 2024. p. 118-132.
- NUNES, Abraão Ferreira de Oliveira et al. Literatura periférica e ensino básico: mediação docente e formação crítica dos estudantes. In: **Vivências na docência: do ensino básico ao superior**. São Paulo: Editora Inovar, 2026. p. 223-242.
- OLIVEIRA, Andressa A. de. **Práticas inclusivas no ensino de ciências e biologia**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.
- OLIVEIRA, Vanusa Batista de; VAZ, Duelci Aparecido de Freitas. Atividade de estudo e mediação docente: contribuições do ensino desenvolvimental para a ressignificação das práticas pedagógicas. In: **Práticas docentes: reflexões sobre as linguagens e humanidades**. São Paulo: Instituto Dering Educacional, 2025. p. 339-367.
- RAMOS, Andréa Karine Menezes de Oliveira et al. Práticas pedagógicas inclusivas: pensando a formação docente. In: **Caminhos da formação docente: diálogos entre ensino, métodos e conhecimento em unidades de aprendizagem**. São Paulo: Editora e-Publicar, 2021. p. 173-182.

RIBEIRO, Carolina Carvão. Mediação escolar e regulamentação da profissão. In: **Práticas inclusivas na escola: caminhos e experiências**. São Paulo: Encontrografia Editora, 2022. p. 101-122.

SAKAGUTI, Paula Mitsuyo Yamasaki; MOREIRA, Laura Ceretta. Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior: práticas inclusivas. In: **Inclusão e acessibilidade no Ensino Superior: das políticas às práticas inclusivas**. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, 2025. p. 163-181.

SANTANA, Telma Lustosa Silva et al. Desafios na formação de professores para avaliações inclusivas no contexto da educação básica. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.). **Educação em foco: inclusão, tecnologias e formação docente**. São Paulo: Arché, 2024. p. 125-148.

SILVA, Michel Dos Reis da; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Desafios e perspectivas na formação docente: práticas pedagógicas inclusivas no ensino fundamental. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 21, n. 1, p. 1-11, 2025.